

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.427 - PR (2019/0054156-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
AGRAVADO : MASSA FALIDA DE SAUDE PLUS ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.
ADVOGADO : JOAQUIM JOSE GRUBHOFFER RAULI - PR025182

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO CONTRA SÓCIO. DISCUSSÃO SOBRE A OCORRÊNCIA DE SEUS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES. ALEGADA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE PRÁTICA DE CRIME FALIMENTAR. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte:

EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REDIRECIONAMENTO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. INDÍCIO DE CRIME FALIMENTAR. NÃO COMPROVAÇÃO.

O redirecionamento da execução contra os sócios da pessoa jurídica somente é possível quando presente indício concreto (inquérito judicial, denúncia, sentença) da existência de crime falimentar.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos apenas para fins de prequestionamento.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação ao art. 24-A, 26 e 35-I da Lei nº 9.656/98 e 4º da Lei nº 6.830/80, asseverando que: a) o pleito de inclusão dos sócios foi formulado "sob a ótica da legislação específica, que não exige a apuração de crimes ou atos ilícitos para a implicação da responsabilidade do administrador de planos de saúde" e "tendo em vista a apresentação de provas concretas de indícios de crimes falimentares e fiscais" (fl. 66); b) as causas da insolvência "indicam a incúria da administração social como causa principal da quebra" (fl. 67); c) "além da tese supra acerca da responsabilidade objetiva dos administradores da empresa, há indícios seguros de prática de crime falimentar e fiscal pelos gestores" (fl. 69); e d) "no presente caso, há ensejo para aplicação do instituto da responsabilidade subsidiária, tendo em vista que o processo de insolvência foi encerrado diante da inexistência de ativos, ficando caracterizada a impossibilidade da pessoa jurídica saldar o débito" (fl. 70).

Não houve apresentação de contrarrazões.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 77/79, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Observa-se que o acórdão recorrido concluiu pela impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal aos sócios da pessoa jurídica executada por não vislumbrar qualquer indício de crime falimentar, fazendo-o nos seguintes termos (fls. 32 e 34/35):

"Ao analisar o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, proferi a seguinte decisão:

Mantenho a decisão por seus fundamentos:

(...) Nos termos da jurisprudência desta Corte, o redirecionamento da execução contra os sócios da pessoa jurídica é possível quando presente indício concreto (inquérito judicial, denúncia, sentença) da existência de crime falimentar:

(...) No caso dos autos a agravante juntou processo administrativo que dá conta de supostos crimes falimentares cometidos pelos sócios, entretanto, deixou de juntar inquérito judicial ou denúncia.

Assim, no processo trazido as infrações não se encontram pormenorizadas, motivo pelo qual incabível, neste momento, sem dilação probatória que comprovem os indícios de irregularidades cometidas pelos sócios, o redirecionamento da execução."

Nesse contexto, acolher a pretensão recursal, para efeito de reputar ocorrentes os pressupostos autorizadores do redirecionamento do feito contra os sócios, requer o revolvimento da matéria de fato, providência inviável em sede de recurso especial em razão do impeditivo de que trata a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FALÊNCIA. CRIME FALIMENTAR. INDÍCIOS. REDIRECIONAMENTO INDEFERIDO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Constata-se que não se configura a ofensa aos arts. 489, 1.022 e 1.025 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem, reconhecendo a existência do entendimento de que meros indícios do cometimento de crime falimentar autorizam em princípio o redirecionamento, decidiu por bem indeferi-lo, tendo em vista que, "*in casu*", não foi especificado, de modo objetivo, quem teria incorrido na prática de crime falimentar e quais as infrações efetivamente investigadas, assim como não houve comprovação de instauração de inquérito judicial (fl. 280, e-STJ).

3. Rever a conclusão consignada pela Corte regional requer revolvimento

do conjunto fático-probatório, inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1717275/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 14/11/2018)

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

